



# SENADO FEDERAL

## **PARECER Nº 367, DE 2011**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 21, de 2011 (nºs 102 e 107/2011, na origem) das Lideranças do PPS e PSDB, que encaminha, nos termos do art. 103-B, XIII, da Constituição Federal, a recondução do Senhor Marcelo da Costa Pinto Neves para compor o Conselho Nacional de Justiça.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 31 de maio de 2011, apreciando o Relatório sobre o Ofício “S”, nº 21, de 2011, opina pela aprovação da escolha do nome do senhor MARCELO DA COSTA PINTO NEVES, para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, por 15 votos favoráveis, 2 contrários e 6 abstenções.

Sala da Comissão, 31 de maio de 2011.

Senador Eunício Oliveira, Presidente

Senador Flexa Ribeiro, Relator

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: DFS Nº 21 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 31/05/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA	
RELATOR: SENADOR FLEXA RIBEIRO	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPPLY
MARTA SUPPLY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. CLÉSIO ANDRADE
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. LUIZ HENRIQUE
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCA	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUGENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

Atualizada em: 27/05/2011

## RELATÓRIO

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

Vem ao exame desta Comissão a indicação, das Lideranças do Partido Popular Socialista (PPS) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), para recondução do Senhor MARCELO DA COSTA PINTO NEVES como integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do art. 103-B, XIII, da Constituição Federal (CF).

De acordo com o referido dispositivo, o CNJ compõe-se de quinze membros, entre os quais *dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal*. O Conselho tem por competência constitucional proceder ao controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe outras atribuições relacionadas nos incisos do § 4º do art. 103-B da Constituição Federal, além daquelas que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura.

Conforme o § 2º do art. 103-B da Constituição, os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de, aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal. Para tanto, a Resolução do Senado nº 7, de 27 de abril de 2005, estabelece caber a esta Comissão promover a sabatina dos indicados, antes da deliberação pelo Plenário.

A mencionada Resolução estipula quais são as informações e documentos que deverão ser fornecidos ao Senado para esclarecimento sobre o candidato (art. 5º). Esses dados devem ser complementados com aqueles previstos no Ato nº 1, de 2007-CCJ, que *disciplina o processo de aprovação de autoridades* no âmbito da Comissão.

Em atenção a essas normas, foi apresentado o *curriculum vitae* do indicado, no qual constam sua qualificação, formação acadêmica e experiência profissional. Nascido em Recife, em 16 de agosto de 1957, o candidato é Bacharel (1980) e Mestre (1986) em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); e Doutor em Direito pela Universidade de Bremen, na Alemanha (1991). Kursou Pós-Doutorado na Faculdade de Ciência Jurídica da Universidade de Frankfurt am Main (1996-1998) e no Departamento de Direito da *London School of Economics and Political Science* (1997). É, também, Livre-Docente pela Faculdade de Direito da Universidade de Friburgo, Suíça (2000).

Constam do *curriculum* as seguintes atividades acadêmicas: Professor e Professor-Titular da Faculdade de Direito do Recife da UFPE (1983-2002); *Visiting Fellow* do Instituto de Federalismo da Universidade de Friburgo, Suíça (1998-2000); Bolsista-Pesquisador da Fundação *Alexander von Humboldt* no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Frankfurt am Main, Alemanha (2000); *Jean Monnet Fellow* no Departamento de Direito do Instituto Universitário Europeu, em Florença, Itália (2000-2001); Professor Visitante na Faculdade de Direito/ da Universidade de Friburgo, Suíça (2001); Professor Catedrático Substituto da Universidade de Frankfurt am Main, Alemanha (2001-2002); Professor Visitante na Universidade de Flensburg, Alemanha (2002-2003); Professor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (2004-2005); Professor de Teoria do Direito no Mestrado do Instituto Brasiliense de Direito Público (2006-2009) e no Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito (Mestrado e Doutorado) da PUC/SP (desde 2007); Professor Associado e Professor Doutor da Universidade de São Paulo (desde 2008).

É autor de diversas publicações científicas. Entre elas, destacam-se os livros “Transconstitucionalismo” (Editora WMF Martins Fontes, 2009), “A Constitucionalização Simbólica” (Martins Fontes, 2007), “Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil – o Estado Democrático de Direito a partir e além de Luhmann e Habermas” (Martins Fontes, 2006) e “Teoria da Inconstitucionalidade das Leis” (Saraiva, 1998), além de outros títulos publicados no exterior. São também inúmeras as participações do indicado em capítulos de livros e autoria de artigos publicados em periódicos, além de comunicações publicadas em anais de Congressos.

O indicado é advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Pernambuco, desde 1981, e suplementarmente na seção de São Paulo, desde 2006. Foi Procurador Judicial da Prefeitura da cidade do Recife, de 1986 a 1996, e sócio do Escritório “Marcelo Neves Advogados e Consultores Jurídicos” (atualmente “Souza Araújo Butzer Zanchim Advogados Associados”), de 2006 a 2009. É, atualmente, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, escolhido pelo Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, desde julho de 2009. Em virtude dessa última atividade, encontra-se licenciado da advocacia.

O indicado vem tendo uma atuação destacada no Conselho Nacional de Justiça. É membro da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento e coordena o Grupo de Trabalho do INFOJURIS – Informação Jurisprudencial, encarregado da sistematização da jurisprudência do CNJ. Foi relator da Resolução CNJ nº 102, que ficou conhecida como a Resolução da “Transparência”, da qual resultou o “Portal da Transparência”, que fornece informações claras sobre as despesas e receitas dos órgãos judiciais brasileiros.

Com relação à documentação, foram fornecidas as declarações previstas nos incisos III e IV do art. 5º da mencionada Resolução do Senado nº 7, de 2005 (fls. 3 e 4), dando conta de que preenche os requisitos neles dispostos. Quanto aos documentos complementares requeridos no art. 1º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, foram apresentados:

a) declaração de que é sócio do Escritório de Advocacia “Souza Araújo Butzer Zanchim Advogados” (alínea *b* do inciso II; fl. 70);

b) declaração de situação regular perante o Fisco, acompanhada das certidões comprobatórias (alínea *c* do inciso II; fls. 71/5);

c) declaração de que é parte em reclamação trabalhista, como autor, em tramitação no Tribunal Superior do Trabalho (alínea *d* do inciso II; fl. 76);

d) declaração de atuação, na qualidade de advogado, perante o Supremo Tribunal Federal e os Juízos e Tribunais Cíveis e Trabalhistas localizados no Estado de São Paulo, até 7 de julho de 2009, estando licenciado da advocacia desde então (alínea *e* do inciso II; fl. 77);

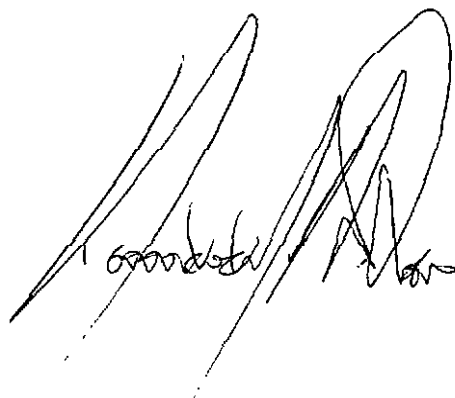
e) argumentação escrita em que demonstra ter experiência profissional, formação técnica, afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade (inciso III; fl. 78);

f) declaração de que inexistem parentes seus que exerçam atividades públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional como Professor da USP e da PUC, como Conselheiro do CNJ e como advogado (licenciado) do Escritório “Souza, Araújo, Butzer Zanchim Advogados – SABZ”.

Assim, atendeu o indicado às exigências do art. 5º da Resolução nº 7, de 2007, apresentando as declarações lá previstas, bem como todas as declarações de que trata o Ato nº 1, de 2007, desta Comissão.

Diante do exposto, entendemos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a presente indicação para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

Publicado no **DSF**, de 1º/6/2011.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:12541/2011)